

## 2 - AVALIAÇÃO DO PRODETUR NE-I/PB

### 2.1 - PRELIMINARES E ATRATIVOS ELEITOS

O início dos entendimentos entre o governo da Paraíba e o Banco do Nordeste com vistas a sua habilitação no PRODETUR NE-I/PB, ocorreu em 1994, com a apresentação do documento “Estratégia para Desenvolvimento da Atividade Turística no Estado da Paraíba”.

O documento, em sua concepção geral, define dois eixos estratégicos para o desenvolvimento do turismo: eixo litorâneo e eixo interior. E caracteriza o eixo litorâneo pela ocorrência de recursos naturais de forte impacto, como as **praias, falésias, manguezais, mata atlântica e cursos d’água**. Já o interiorano é caracterizado por toda a sua gama de **tradições culturais, sítios da pré-história e pelo turismo de eventos e negócios, principalmente na cidade de Campina Grande**.

Com o andamento das negociações, foi acordado que o PRODETUR NE- I/PB iria considerar apenas o eixo litorâneo, e definiu dois “Assentamentos Turísticos”: Complexo Cabo Branco e o Centro de Animação de Tauá.

Englobando uma área de aproximadamente 507,0 ha, o complexo Cabo Branco, seria a base principal para o desenvolvimento do eixo litorâneo, localizado ao Sul do Município de João Pessoa, deveria estar dotado de equipamentos hoteleiros e infra-estrutura de apoio compatíveis com a previsão de implantação de um total de 2.700 UH’s.

O Centro animação de Tauá, com simples idéia , esboçava dotar uma área de 200 ha, localizado no litoral sul e tendo como base o município de Conde, com equipamentos voltados à pratica de esportes, a aventura e à cultura da saúde e do corpo, prevendo-se a implantação de 250 UH’s.

A formalização dos entendimentos entre o Governo da Paraíba e o Ministério do Turismo / Banco do Nordeste, resultou na celebração de um convênio no valor de US\$ 36.644.000,00 (trinta e seis milhões e seiscentos e quarenta e quatro mil dólares), na data de 26 de dezembro de 1994, com o seguinte Plano de Aplicação:

Quadro – 01  
Plano de Aplicação do Convênio

<b>AÇÃO PROPOSTA (1994)</b>	<b>VALOR (US\$ mil)</b>
1. TRANSPORTES	563
1.1 Via Principal Cabo Branco	306
1.2 Via Secundária Cabo Branco	257
<b>2. SANEAMENTO</b>	<b>23.707</b>
2.1 Abast. Água Comp. C. Branco	1.212
2.2 Abast. Água Bairro Mangabeira	409
2.3 Esgotamento Sanitário Comp. C. Branco	6.056
2.4 Esgotamento Sanitário Bairro Mangabeira	1.230
2.5 Esgotamento Sanitário Bairro V. Figueiredo	4.215
2.6 Esgotamento Sanitário Bairro Bessa	10.585
<b>3. ADM. RESÍDUOS SÓLIDOS</b>	<b>2.205</b>
3.1 Aterro Sanitário Baixo Roger	2.205
<b>4. RECUPERAÇÃO PATRIMÔNIO HISTÓRICO</b>	<b>4.420</b>
4.1 Centro Histórico João Pessoa	4.420
<b>5. PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL</b>	<b>2.959</b>
5.1 Recuperação Ambiental Complexo Cabo Branco	2.959
<b>6. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL</b>	<b>2.790</b>
6.1 Companhia de Água e Esgoto da Paraíba - CAGEPA	840
6.2 Empresa Paraibana de Turismo - PB TUR	260
6.3 Departamento de Estradas de Rodagens - DER-PB	120
6.4 Superintendência de Administração do Meio Ambiente - SUDEMA	970
6.5 Prefeituras	600
<b>TOTAL</b>	<b>36.644</b>

Fonte: convênio de financiamento celebrado entre o Banco do Nordeste do Brasil S.A e o Estado da Paraíba em 26 de dezembro de 1994.

Em 22 de dezembro de 1997 foi firmado o Contrato de Abertura de Crédito entre o Banco do Nordeste do Brasil S.A. e o Estado da Paraíba, no valor de US\$ 20.659.301,18 (vinte milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, trezentos e um dólares e dezoito centavos), valor esse, diferentemente do convênio, corresponde a parte do Programa financiada de Banco Interamericano de Desenvolvimento, ou seja, 60% do total dos investimentos do PRODETUR NE-I/PB.

A organização dos componentes que integraram o quadro de financiamento do contrato converge no sentido de que os atrativos naturais e culturais eleitos para se beneficiarem das ações do PRODETUR NE-I/PB, visando o desenvolvimento do turismo, foram **sol**, **mar**, **sítio histórico** e **ecologia**. Assim foram programados investimentos por grupos de interesse, contemplando a seguinte repartição de recursos:

- Obras de saneamento de diversas praias	:	42,7%
- Rodovia de acesso às praias	:	28,8%
- Resíduos sólidos e recuperação ambiental	:	12,5%
- Patrimônio histórico	:	3,9%
- Demais ações e encargos	:	12,0%

Importa destacar que em que pese o Plano de Ação do Contrato de Abertura de Crédito apresentar integral coerência com os atrativos eleitos, o grande intervalo de tempo decorrido desde a assinatura do Convênio (1994), teve como consequência o redirecionamento dos objetivos excluindo algumas ações.

As exclusões ocorreram devido a falta de convergência entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de João Pessoa tanto em termos das ações que iriam compor o Plano de Aplicação, como também no que dizia respeito à responsabilidade executiva. Dessa forma foram excluídas as seguintes ações:

- Transportes
  - *Via principal do Cabo Branco*
  - *Via secundária do Cabo Branco*
- Aterro Sanitário do Roger
- Centro Histórico de João Pessoa (Cidade Alta)
- Recuperação ambiental do Complexo do Cabo Branco

Conforme se verifica foram excluídas ações direcionadas ao Complexo Turístico do Cabo Branco, indiscutivelmente uma potencial “âncora” para o desenvolvimento do Litoral Sul.

Por outro lado, foi incluída a construção da Rodovia PB-008 Sul e a recuperação do Patrimônio Histórico da Cidade Baixa, com um valor bem inferior àquele destacado para a Cidade Alta.

## **2.2 - ÁREA TERRITORIAL DE ABRANGÊNCIA**

Especialmente o PRODETUR NE-I/PB apoiou-se em potenciais atrativos turísticos, ocupando uma área que se desenvolve ao longo de todo litoral sul, concentrando as ações de saneamento nos municípios de Cabedelo e João Pessoa e as ações de restauração do Patrimônio Histórico no centro da Cidade Baixa, antigo Porto do Capim em João Pessoa.

No que diz respeito ao restante do Litoral Sul a área de abrangência do PRODETUR NE-I/PB, evoluiu de acordo com a necessidade de acessibilidade às suas praias, desta forma a Rodovia PB-008 Sul, através da sua área de influência definiu o espaço restante, transpassando os municípios de Conde e Pitimbu, e interligando as praias do Litoral Sul ao Cabo Branco.

O mapa 01 apresenta a área territorial de abrangência do PRODETUR NE-I/PB, circunscrita aos municípios de Cabedelo, Conde, João Pessoa e Pitimbu, como sendo aqueles espaços aonde ocorreram investimentos em obras físicas.

Os demais municípios do litoral paraibano: Mataraca; Baía da Traição; Rio Tinto; Marcação; Lucena e Conde foram envolvidos na área de abrangência com ações de desenvolvimento institucional (Planos Diretores) e com a elaboração do projeto da Rodovia PB-008 Norte.

Mapa 01

## 2.3 - AÇÕES CONTEMPLADAS

O Programa de Ação do PRODETUR NE-I/PB foi composto das seguintes ações e respectivos custos:

Quadro - 02  
Ações Contempladas

COMPONENTE	AÇÃO	VALOR (R\$ 1,00)	%
<b>Saneamento</b>	Água Pólo Turístico Cabo Branco	2.161.541	2.54
	Esgoto Pólo Turístico Cabo Branco	2.921.867	3.43
	Esgoto Intermares	3.066.434	3.59
	ETE Pedreira 07, Esgoto Valentina Figueiredo, Esgoto do Timbó e Bancários e Esgoto do Bessa.	44.214.611	51.86
	Esgoto Praias Ponta de Campina, Poço, Camboinha, Areia Dourada (1ª Etapa).	10.036.353	12.27
<b>Transportes</b>	Rodovia Abelardo Jurema-PB 008 (trecho Pólo Cabo Branco / Jacumã/ Tambaba)	10.878.865	13.20
	Rodovia Abelardo Jurema – PB 008 (trecho: Tambaba / Pitimbú / Acaú)	8.396.578	9.85
	Projeto de Engenharia / EIA RIMA / Avaliação Socioeconômica da PB 008 – Norte (trecho: Lucena / Rio Tinto / Mamanguape / Mataraca / Divisa RN)	337.712	0.39
<b>Recuperação do Patrimônio Histórico</b>	Centro Histórico de João Pessoa (Museu Arquitetura, Pátio e Igreja de S. Frei Pedro Gonçalves).	571.788	0.67
<b>Desenvolvimento Institucional</b>	DER-PB	177.240	0.21
	PBTUR	820.228	0.96
	CAGEPA	247.213	0.29
	SUDEMA	795.674	0.93
	UEE-PRODETUR	162.523	0.19
	IDEME – Planos Diretores Municipais	470.432	0.55
<b>TOTAL</b>		<b>85.258.101</b>	<b>100</b>

Fonte: UEE - PB

A localização espacial das intervenções físicas do PRODETUR NE-I/PB é apresentada no Mapa 02 a seguir:

Mapa 02

### 2.3.1 – Expectativa de Impactos e Benefícios

Este elenco de ações, de acordo com o documento “**Estratégia para Desenvolvimento da Atividade Turística do Estado da Paraíba**”, apresentou a seguinte expectativa de benefícios gerais para o desenvolvimento do turismo e para melhoria da qualidade de vida da população nas áreas de intervenção:

*“O impacto gerado pelo Programa de Desenvolvimento Turístico da Paraíba, em termos socioeconômicos, trará grandes benefícios ao Estado como um todo, principalmente na área do litoral paraibano, onde está prevista a implantação de um Complexo Turístico (Cabo Branco) e do Centro de Animação de Tauá).*

*Com relação aos aspectos sociais, o Programa pretende proporcionar a melhoria do atual padrão de qualidade de vida na região litorânea da Paraíba, através dos investimentos e incentivos gerados, dotando a região de novas oportunidades de trabalho, o que trará reflexos na melhoria das condições de vida nas cidades envolvidas. Quanto ao setor econômico, pretende-se, através da implantação do Programa, alcançar um estilo de desenvolvimento novo e auto-sustentável, com estratégias bem definidas de transformação de setores produtivos essenciais para a região, modificando o quadro de estagnação econômica hoje existente.*

*O turismo, como nova atividade econômica a ser desenvolvida em harmonia com a preservação, a recuperação e a conservação ambiental desenvolvida na região, deve buscar, sempre que possível, a participação da comunidade local no processo de produção e distribuição dos recursos. O envolvimento de instituições públicas e da iniciativa privada será também de fundamental importância para o sucesso de todo o empreendimento.*

*A característica de utilização de “mão-de-obra intensiva” do setor de turismo, por ser “setor de ponta” prestador de serviços, interliga diferentes setores da atividade econômica (alimentos, vestuário, móveis, transportes, construção civil etc.). Desse modo, o efeito do turismo na geração de emprego é bastante significativo.”*

Em síntese os impactos e benefícios previstos seriam os seguintes:

- Sociais:
  - *Melhoria do padrão de qualidade de vida na faixa litorânea.*
  - *Geração de novas oportunidades de trabalho.*
- Econômicos:
  - *Alcançar um estilo de desenvolvimento novo e auto-sustentável.*
  - *Transformação de setores produtivos essenciais.*
  - *Modificar o quadro de estagnação econômica*
  - *Incremento da receita gerada pelo turismo*
  - *Integração dos diferentes setores da atividade econômica.*

- Ambiental:
  - *Desenvolvimento harmônico com preservação, a recuperação e a conservação ambiental.*
- Gestão:
  - *Desenvolvimento do turismo com a participação da comunidade local no processo de produção e distribuição de recursos.*
  - *Envolvimento de instituições públicas e da iniciativa privada.*

### **2.3.2 – Impactos e Benefícios Alcançados**

Percebe-se que os impactos e benefícios previstos eram abrangentes e universais. Dificilmente seriam alcançados face ao estágio do setor turístico da Área de Planejamento, bem como o baixo volume de recursos que seriam investidos para o atingimento de tão largos objetivos.

Assim, não se pode afirmar que resultados sociais, econômicos, ambientais e de gestão, foram atingidos na escala desejada. Na verdade constatam-se resultados positivos em aspectos localizados, como por exemplo:

- A PB-008 provocou o início de mudanças sociais e econômicas no município de Conde, através da ampliação da oferta de UH's e novas unidades hospedagem, gerando novas oportunidades de trabalho e incrementando a renda da população e a receita tributária municipal;
- As obras de saneamento que foram concluídas em João Pessoa e Cabedelo melhoraram as condições ambientais das áreas atendidas e conseqüentemente do meio ambiente e das praias integrantes de sua área de influencia.

As obras de recuperação do Centro Histórico de João Pessoa, em que pese serem bastante pontuais, preservaram monumentos representativos da historia, gerando um novo fluxo turístico para um produto potencialmente relevante.

## **2.4 – A EXECUÇÃO DO PRODETUR NE-I/PB E OS RESULTADOS ALCANÇADOS**

A proposta do PRODETUR NE-I/PB previa ainda a expectativa de benefícios diretamente vinculados às obras, em face da natureza de cada uma, conforme quatro grupos específicos: Saneamento; Transportes; Recuperação do Patrimônio Histórico; e Desenvolvimento Institucional. Assim, os benefícios esperados e resultados alcançados são explicitados a seguir.

### **2.4.1 - Saneamento**

Conforme os Projetos Executivos elaborados pela CAGEPA os benefícios imediatos previstos, seriam os seguintes:

Quadro - 03  
Saneamento – População Beneficiada

PROJETO	POPULAÇÃO BENEFICIADA	
	Ano de Conclusão	Horizonte do Projeto(1)
• Água do Pólo Turístico de Cabo Branco	3.000	25.500
• Esgoto Pólo Turístico de Cabo Branco	3.000	25.500
• Esgoto de Intermares	11.500	26.000
• Esgoto de Valentina Figueiredo	28.431	33.015
• Esgoto Praias Ponta de Campina, Poço, Camboinha, Areia Dourada (1ª Etapa)	17.098	40.005
• Esgoto do Timbó e Bancários	29.308	34.184
• Esgoto do Bessa	21.683	33.191
• ETE Pedreira 07 (2)	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>111.020</b>	<b>191.895</b>

Fonte: CAGEPA (Estudo de Avaliação Econômica)

(1) Vinte anos após conclusão das obras

(2) ETE Pedreira 07 trata o esgoto da população beneficiada pelos Projetos de Intermares, Bessa, Ponta de Campina, Poço, Camboinha e Areia Dourada.

Os Projetos de saneamento do PRODETUR NE-I/PB teriam como metas a serem atingidas a melhoria das condições da saúde pública da população diretamente beneficiada e a melhoria das condições ambientais das bacias hidrográficas e, conseqüentemente das praias.

Dessa forma, as ações de saneamento cumpririam a finalidade de preservar as condições de balneabilidade das praias de João Pessoa e Cabedelo, de forma a fortalecerem o atrativo turístico Sol/Praia, contribuindo para consolidar o Pólo Turístico Costa das Piscinas.

Por outro lado, o Projeto de Saneamento do Pólo Turístico Cabo Branco, parte integrante do Pólo Costa das Piscinas, apresentou um caráter estruturador e indutor da atração de empreendimentos relevantes para o desenvolvimento do turismo da região.

A avaliação da execução de cada uma das ações de saneamento é apresentada a seguir:

#### ● Sistema de Abastecimento D'água e Esgotamento Sanitário do Complexo Turístico Cabo Branco - Município de João Pessoa

Localiza-se sobre o promontório do Cabo Branco, nas proximidades da Ponta do Seixas - o ponto mais oriental das Américas, distante 10 km do centro da cidade e 15 km do Aeroporto Castro Pinto, dispendo de via de acesso em pista dupla asfaltada. Dista 5 km da faixa nobre da Praia de Tambaú, em João Pessoa. Tem uma área de 507 hectares, sendo que destes 350 já estão infra-estruturados,

contando com sistema viário de 6,6 km em pista dupla (Via Principal) e 14,4 km de vias em pista simples (Vias Secundárias), todas asfaltadas.

Os projetos realizados no Complexo Turístico através do PRODETUR NE-I/PB - **abastecimento d'água e esgotamento sanitário**, são justificados pela necessidade de dotar a área de saneamento básico para permitir a implantação dos investimentos privados nos diversos lotes negociados pelo Governo do Estado.

O Sistema de Abastecimento de Água encontra-se concluído e operando. Atende inicialmente uma área urbana, Cidade Verde, recém implantada nas vizinhanças do Complexo Turístico, para tanto disponibiliza o uso da reservação de água tratada, cerca de 3.200 m<sup>3</sup>.

O Sistema de Esgotamento Sanitário encontra-se em fase final de execução, especificamente no que se refere a montagem dos conjuntos das estações elevatórias que já se encontram adquiridos e estocados na CAGEPA, bem como a conexão do emissário com a Estação de Tratamento de Esgoto, cujo módulo de destinação se encontra em fase final de conclusão.

Com a conclusão destas ações, o Complexo Turístico do Cabo Branco estará em condições de receber investimentos privados, respondendo assim, positivamente, na implantação de novos meios de hospedagem e atendendo a uma das carências identificadas no segmento turístico da Paraíba.

#### ● **Esgotamento Sanitário do Bairro de Intermares - Município de Cabedelo**

O Bairro de Intermares, com cerca de 104 hectares, apresenta um processo de conurbação ao norte da cidade de João Pessoa, pela continuidade do Bairro do Bessa, sendo uma região dinâmica com relação à expansão urbana.

O bairro, por ser próximo da linha da costa, ser plano com terreno arenoso e margeado por área de mangue, apresenta alta dificuldade de execução de escavações abaixo do lençol freático (a aprox. 1,20m da superfície), o que requereu revisão e ajustes de projetos e ampliação de prazos (escoramentos de valas e da execução das elevatórias). Houve também a necessidade de redimensionamento nos conjuntos elevatórios tanto de Intermares quanto do Bessa, bem como a adaptação do caminhamento do emissário entre o Bessa e Intermares pela dificuldade de compatibilizar os conflitos ambientais e físicos (na faixa de domínio da BR-230 e áreas alagadas).

Estão concluídas as obras de redes coletoras, estações elevatórias, emissário entre elevatórias, ligações domiciliares (até a divisa dos lotes), emissário entre a Elevatória II (Intermares) e a Elevatória V do Sistema de Esgotamento Sanitário do Bairro do Bessa (em João Pessoa).

O resultado dos investimentos é percebido pelo dinamismo da região, com a oferta de área infra-estruturada e ainda através dos impactos positivos decorrentes tanto no plano ambiental - a não contaminação das praias por esgotos domésticos, quanto no plano econômico - novas oportunidades para os segmentos imobiliários e turísticos.

### ● **Esgotos sanitários do Bairro Valentina Figueiredo – Município de João Pessoa**

O conjunto habitacional Valentina Figueiredo foi implantado numa área situada ao lado direito da BR-232, considerando o sentido: Distrito Industrial / Cidade Universitária, nas imediações do trecho que passa ao lado do Estádio Almeidão. O Conjunto transformou-se em um bairro bastante populoso, vizinho a Mangabeira, formando um aglomerado urbano de grandes proporções.

O sistema de esgotamento sanitário do Bairro de Valentina Figueiredo se baseou nas recomendações sugeridas pelo Plano Diretor de Esgotos Sanitários da Grande João Pessoa.

O sistema beneficia cerca de 13.000 habitantes. O objetivo do projeto foi de dotar o referido bairro de esgotamento sanitário e de um sistema de tratamento visando a despoluição do rio Cuiá, cuja foz fica adjacente as praias do Complexo Turístico do Cabo Branco, preservando de tal forma as condições de balneabilidade das praias, condição essencial para o atrativo turístico Sol e Mar.

### ● **Esgotamento Sanitário da Periferia Sul e Sudeste de João Pessoa**

Os Bairros de Bancários, Anatólia, Jardim São Paulo e adjacências ficam situados na periferia sul e sudeste da cidade de João Pessoa e estão inseridos na sub-bacia Timbó, pertencente a Bacia do Rio Jaguaribe.

O projeto de esgotamento sanitário proposto objetiva promover a reversão de toda a sub-bacia do rio Timbó para a sub-bacia Baixo Jaguaribe.

Além de beneficiar as áreas citadas, o Projeto previa a interceptação das contribuições de diversos loteamentos e parte do Campus da Cidade Universitária, beneficiando diretamente uma população prevista de 35.000 habitantes na região do Timbó, contribuindo significativamente para reduzir as agressões ao meio ambiente, notadamente, eliminando as transferências dos esgotos dessas áreas para os cursos d'água mencionados.

### ● **Esgotamento Sanitário do Bairro do Bessa e adjacências**

O bairro do Bessa localiza-se a beira mar, no norte do município de João Pessoa e vizinho aos bairros de Manaira e Intermares. Seu território é cortado longitudinalmente pelo rio Jaguaribe, que ao penetrar no município, recebe as águas do rio Timbó.

A ocupação é predominantemente de edifícios e casas de alto padrão construtivo, caracterizando o bairro como uma das áreas nobres de João Pessoa. Conforme pesquisa realizada na área do Bairro Bessa, especificamente nos loteamentos Jardim América, Beira Mar e a área compreendida entre este último loteamento e o Retão, verificou-se que 37,3% das construções possuem padrão alto; 57,5% padrão médio e apenas 5,2% corresponde de padrão baixo.

O objetivo da implantação do projeto visou eliminar os impactos negativos sobre a praia e o rio Jaguaribe em face da inexistência de um sistema de coleta e tratamento de esgotos. Hoje esse sistema atende a uma população residente de mais de 17.000 pessoas.

● **Esgotamento Sanitário dos Bairros de Ponta de Campina, Poço, Camboinha e Areia Dourada - Município de Cabedelo.**

A área a ser esgotada pelo Sistema de Esgoto Sanitário de Ponta de Campina, Poço, Camboinha e Areia Dourada atinge parte da área urbana de Cabedelo - em especial as Praias do Litoral Sul da cidade, contíguas a Praia de Intermares, totalizando 1.623 hectares (ao final do projeto), representando cerca de 52 % do território municipal. A destinação dos esgotos a serem coletados será o Complexo de Tratamento do Baixo Paraíba, na Lagoa de Estabilização Anaeróbia da Pedreira n.º 07, no município de João Pessoa.

A obra em sua 1ª etapa constou da construção da maior elevatória – a Elevatória 15, do emissário que liga a mesma ao Complexo de Tratamento do Baixo Paraíba – Pedreira Nº 07, além das Elevatórias XIV e VIII, e os emissários de interligação. O sistema só entrará em operação quando da construção de mais 4 (quatro) estações, com emissários e toda rede coletora.

A dimensão territorial da ação quando concluída, responde pelo seu êxito na medida em que eliminará o processo de degradação ambiental, a contaminação do lençol freático, a poluição dos canais e da faixa litorânea, tendo em vista que a região está em acelerado processo de expansão populacional.

**2.4.1.1 – Resultados Alcançados**

Quanto aos resultados alcançados, as ações de saneamento projetaram beneficiar uma população de 111.020, entretanto apesar dos investimentos realizados, algumas obras ficaram inconclusas, conforme o quadro de situação:

Quadro - 04

Saneamento – Situação dos Projetos

Projeto	Início	Término	Situação	População Atendida
- Água do pólo Cabo Branco	Jan/99	Mar/01	Concluída	6.004 (1)
- Esgoto do pólo Cabo Branco	Nov/98	Mar/01	Execução parcial	-
- Esgoto de Intermares (Cabedelo)	Mai/00	Jul/01	Concluída	11.797
- Esgoto de Valentina Figueiredo	Out/98	Jun/02	Execução parcial	15.570
- Esgoto das Praias Ponta de Campina, Poço, Camboinha e Areia Dourada.	Set/00	Mar/02	Execução parcial	-
- Esgoto do Timbó e Bancários	Nov/96	Jun/98	Concluída	25.276(2)
- Esgoto do Bessa	Fev/99	Jul/01	Execução parcial	15.112
- ETE Pedreira Nº 07	Mar/98	Out/99	Concluída	Já incluído nos projetos
<b>População total beneficiada</b>				<b>73.759</b>

Fonte: CAGEPA

(1) Atendimento a localidade Cidade Verde não prevista no Projeto Original

(2) Atendimento de 100% da população da bacia

O objetivo esperado de atender uma população de 111.020, promovendo a melhoria das condições da saúde pública da população, foi atingido apenas em parte, englobando um total de 73.759 pessoas, o que representa cerca de 66,43%

do resultado esperado. Com este alcance, tais sistemas estão evitando que 8.485.000 litros diários de esgoto sejam despejados nos córregos, rios e praias.

Detalhando a questão relativa aos projetos que não atingiram a totalidade dos benefícios previstos, tendo em vista que os recursos alocados não foram suficientes para concluí-los, o que levou o Governo da Paraíba manter gestões junto ao BNDES, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e o MTUR, viabilizando recursos para os sistemas de esgoto de Valentina Figueiredo e Bessa, enquanto que o de Ponta de Campina, Poço, Camboinha e Areia Dourada será proposto no plano de ação do PRODETUR NE II. O quadro 05 a seguir apresenta um confronto das informações contidas nos quadros 03 e 04:

Quadro - 05  
População não beneficiada

<b>PROJETO</b>	<b>POPULAÇÃO NÃO ATENDIDA</b>
- Esgoto de Valentina Figueiredo	12.861
- Esgoto praias Ponta de Campina, Poço, Camboinha e Areia Dourada.	17.098
- Esgoto do Bessa	6.571
<b>TOTAL</b>	<b>36.530</b>

Portanto deixou-se de beneficiar cerca de 33,57% da população estabelecida com meta dos Projetos de Saneamento, de forma que cerca de 4.200.000 litros de esgotos continuam sendo despejados diariamente nos córregos, rios e praias de Cabedelo e João Pessoa.

#### **2.4.1.2 – Conclusões**

Conforme se verifica no item anterior os projetos de saneamento possibilitaram evitar uma descarga de 8.485,000 litros de esgoto diários nos córregos, rios e conseqüentemente nas praias, o que significa um impacto positivo no que diz respeito à preservação das condições de balneabilidade das praias, essencial para assegurar as condições requeridas para produtos turísticos competitivos.

É importante que os projetos não concluídos tenha sua continuidade assegurada, visando dotar estes territórios de infra-estrutura de saneamento condizentes com as exigências do turismo atual.

#### **2.4.2 - Sistema Viário**

No setor de transportes a única intervenção proposta foi a construção da Rodovia PB-008-Sul cujo benefício mais significativo foi viabilizar a ligação viária Cabo Branco / Jacumã / Acaú, possibilitando o acesso às seguintes praias do litoral sul: Ponta do Seixas, Penha, Jacarapé, Barra de Gramame, Jacumã, Carrapixos, Coqueirinho, Tambaba, Praia Bela, Pitimbú e Acaú.

A acessibilidade pretendida serviria como indutora do desenvolvimento turístico da região, viabilizando a implantação de equipamentos turísticos (hotéis, restaurantes, bares e outras atividades comerciais ligadas ao turismo) e a geração de novos fluxos turísticos para o Estado.

Em suma, e conforme a avaliação sócio-econômica da Rodovia PB-008, elaborada pelo DER/PB, sua construção estaria apoiada nos seguintes pontos:

- “
- Viabilizar a estratégia de desenvolvimento turístico do Estado da Paraíba;
  - Melhorar a acessibilidade às praias localizadas ao sul de João Pessoa;
  - Reduzir as distâncias rodoviárias entre os núcleos urbanos costeiros, atualmente isolados;
  - Descongestionar o tráfego na BR-101, principalmente nos fins de semana.

*Por fim, a execução deste projeto não só estará promovendo o desenvolvimento de uma região em que a exploração do mercado do turismo é uma das poucas atividades econômicas com grande chance de ser bem sucedida, como também estará gerando incrementos de receita para o Estado, haja vista as potencialidades naturais da região.”*

Uma outra ação do setor de transporte foi a elaboração do Projeto Executivo da PB-008 Norte, o que, por si só, não gera benefícios para o incremento das atividades turísticas do Pólo Costa das Piscinas, constituindo um elemento técnico para futura captação de recursos.

Quanto à execução das obras da Rodovia, o DER-PB dividiu em dois lotes, descritos na forma a seguir:

**● Rodovia PB-008 - Pólo Cabo Branco/Jacumã/Tambaba - Municípios de João Pessoa e Conde.**

O trecho da Rodovia PB-008 incluído no Programa, tem início no município de João Pessoa, ao final da via principal do Complexo Turístico Cabo Branco, e atinge até a rodovia PB 018, em Jacumã, no município do Conde, num total 13,0 km; o trecho de Jacumã-Tambaba tem um percurso de 10,3 km.

Estão concluídas as obras de implantação e pavimentação da rodovia e 03 pontes sobre os rios Cuiá (50 m) em João Pessoa, e Gramane (100,0 e 200,0 metros) na divisa dos municípios de João Pessoa e Conde. Esta ação atendeu aos objetivos estratégicos do Programa, na medida em que permitiu a acessibilidade às regiões de interesse turístico do litoral sul.

## ● Rodovia PB-008 – Tambaba/PB 044/Acaú - Municípios de Conde, Pitimbú.

A Rodovia PB-008 (trecho Tambaba PB 044 – Pitimbú) tem início no município do Conde (nas proximidades da praia de Tambaba) com a extensão de 19,0 Km incluindo o trecho de 5,0 Km até a Praia de Acaú no município de Pitimbú.

Foram concluídas as obras de implantação e pavimentação de todo trecho da rodovia, inclusive as obras da ponte sobre o rio Grau (40,0 m), e a da ponte sobre o rio Mucatú (32,0 m) em Pitimbú, viabilizando assim o acesso a todo o litoral sul do Estado e, conseqüentemente, abrindo oportunidades para a melhoria das condições de troca e fluxos-econômicos e turísticos.

### 2.4.2.1 – Resultados Alcançados

A rodovia está em operação, resultando em benefícios diretos para a comunidade tendo contribuído para a elevação do padrão de qualidade vida da população residente em especial a mobilidade/acessibilidade.

Este projeto atingiu os resultados iniciais esperados, quais sejam:

- Melhorar a acessibilidade às praias localizadas no litoral sul;
- Reduzir as distâncias entre os núcleos urbanos costeiros;
- Descongestionar o tráfego na BR-101.

No que se refere à indução do desenvolvimento turístico da região, viabilizando a implantação de equipamentos turísticos, hotéis, restaurantes, bares, eventos e outras atividades ligadas ao turismo, os impactos já se apresentam e começam a ser sentidos no município do Conde, com o surgimento de sete pousadas e a ampliação de outras, após a conclusão da Rodovia, conforme se verifica nos dados apresentados no item 2.5.

Igual constatação não pode ser estendida para o município de Pitimbú, inicialmente porque as praias do município de Conde se interpõem às praias de Pitimbú, em face da maior proximidade, acentuada pela Rodovia PB-008, da cidade de João Pessoa, principal centro de emissão de turistas para o litoral sul, bem como porque a intensa ocupação dos terrenos da orla de Pitimbú, inibe e diminui seus atrativos para empreendimentos turísticos, reforçando sua vocação de praia de veraneio.

### 2.4.2.2 – Conclusões

Fica evidenciado que a construção da Rodovia PB-008 Sul iniciou o processo de desenvolvimento do Litoral Sul, com resultados concretos no tocante à infraestrutura turística: houve o incremento e ampliação de unidades hoteleiras em decorrência do aumento de fluxo turístico para as praias do município de Conde.

Ao iniciar as obras da Rodovia, em 1998, existiam no município 8 (oito) hotéis que totalizavam 123 UH's, pesquisa da SCIENTEC registrou em março de 2004 o total de 22 hotéis e 306 UH's, que representa um incremento de 150% em termos de UH's para o período de 1998/2004 no município de Conde.

Por outro lado esse desenvolvimento apresenta reflexos positivos nas áreas econômica e social, através da geração de empregos e renda. O quadro 20 apresentado no item 2.5 indica que os empregos do setor de turismo gerados pelo setor hoteleiro de Conde já atingem 7.92% da população economicamente ativa do município.

Por fim deve-se considerar a possibilidade de incrementar o potencial da Rodovia PB-008 Sul, posto que o projeto não incluiu os acessos às praias, de maneira que, dentro do espírito do PRODETUR NE-II, a inclusão da construção desses acessos seria uma ação complementar.

### 2.4.3 - Recuperação do Patrimônio Histórico

As ações **relativas ao patrimônio histórico** se resumiram ao Centro Histórico de João Pessoa, destacando o Museu da Arquitetura, Largo e Igreja de São Frei Pedro Gonçalves, escolhidos entre os projetos prioritários contidos no documento: Plano Estratégico de Revitalização para o Centro Histórico de João Pessoa. Elaborado pela Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, através de convênio Brasil/Espanha, coordenado pela 4ª Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, o qual participou, também, de todos os projetos e obras de revitalização do Centro Histórico de João Pessoa incluídos no PRODETUR I. O referido Plano ao abordar suas linhas de estratégia estabelece:

*“O objetivo colimado através destas estratégias é desenvolver o centro histórico com equilíbrio, orientado para suas necessidades em termos urbanísticos e infra-estruturais, respeitando o meio ambiente e transformando-o em pólo comercial, turístico, cultural e residencial da região”.*

O Plano indica 13 (treze) projetos para serem desenvolvidos prioritariamente, ou seja, aqueles que serviriam de impulso para a revitalização do Centro Histórico de João Pessoa. Desse conjunto, o PRODETUR NE-I/PB, por limitação de recursos financeiros e pela unidade formada pelo conjunto, contemplou apenas três projetos para implantação cujos benefícios, além da recuperação do patrimônio histórico, deveriam alcançar:

- Incremento na realização de eventos;
- Geração de um fluxo de visitantes;
- Geração de oportunidades de renda para a população do entorno (constitui a comunidade do antigo Porto do Capim, composta por aproximadamente 870 habitantes).

A recuperação do patrimônio histórico, também titulada de Revitalização do Varadouro e Antigo Porto do Capim foi proposta para uma área de abrangência que atinge a Praça Antenor Navarro (com a atual Rua João Suassuna); Largo e Ladeira de São Pedro Gonçalves, Rua Maciel Pinheiro (trecho compreendido entre as Ruas Barão do Triunfo, Cardoso Vieira, mais a Rua 05 de Agosto); Antigo Porto do Capim (Armazéns da Visconde de Inhaúma, Favela Porto do Capim e Rua Frei Vital); Ribeira do rio Sanhauá (Praças XV de Novembro, Álvaro Machado e Napoleão

Laureano e área de mangue existente por trás da Estação Ferroviária); e Faixa de Domínio da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU). Importa observar que este sítio histórico se situa no nascedouro da cidade de João Pessoa, no século XVI, como indica o mapa 03 a seguir.

Mapa 03

Na primeira etapa do Programa foram executadas as obras de restauração e revitalização do Largo de São Pedro Gonçalves, composta pelas seguintes intervenções:

### **Igreja de São Frei Pedro Gonçalves**

Como único templo religioso da Cidade Baixa, teve grande influência na vida religiosa e cultural desse espaço urbano. Com sua restauração foram retomados os ofícios desse templo, associando-se a utilização como sala para eventos culturais e salão de apoio comunitário.

Numa primeira fase da restauração, no ano de 1998, foram realizados serviços emergenciais de reparo da cobertura da Igreja, contando com recursos do Ministério da Cultura e do Governo do Estado, num montante de US\$ 121.428,57. com os recursos do PRODETUR foi realizada a restauração integral da Igreja, atingindo o montante de US\$ 313.437,16.

Nesta obra foram realizadas importantes descobertas arqueológicas, onde foram identificados vestígios da primeira capela de São Pedro Gonçalves, possivelmente do século XVII, entre eles as fundações completas e diversas peças em cantaria. Tais elementos possibilitaram a criação de um memorial arqueológico que ampliou o aproveitamento cultural e turístico do monumento, oferecendo um novo produto turístico.

### **Memorial da Arquitetura Paraibana (Prédio nº 02)**

Antiga recebedoria de rendas do porto, esta edificação que se encontrava em ruína, foi restaurada para abrigar o memorial que visa resgatar, pesquisar e expor a memória da arquitetura do Estado ao longo de sua história. Este memorial é mantido pelo Departamento da Paraíba do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/PB.

Sua restauração integral foi possibilitada pelos recursos do Programa no montante de US\$ 79.497,93.

### **Revitalização do Largo de São Pedro Gonçalves**

Foram realizados os serviços de recuperação da pavimentação e calçadas, bem como a instalação de toda a fiação elétrica e telefônica de forma subterrânea. Paralelamente foram recuperadas as fachadas dos imóveis da área, num total de 13 imóveis.

Foi incentivada a permanência das residências existentes, ao tempo em que se processa a integração dos moradores ao novo perfil econômico da área, através do desenvolvimento de atividades culturais e incorporação de mão-de-obra nas novas atividades do Largo.

As edificações vazias, em decorrência do processo de renovação iniciado na praça, tem sido alvo da procura de investidores potenciais, já estando em processo de instalação uma casa de diversão (prédio nº 08) e um grupo de teatro amador (Quem Tem Boca é Para Gritar – prédios nº 75 e 69). Os recursos do Programa foram de US\$ 57.550,62.

O Largo de São Pedro Gonçalves já é utilizado como praça de eventos tradicionais, indicados a seguir:

Quadro - 06

Largo de São Pedro Gonçalves – Eventos Tradicionais

<b>Evento</b>	<b>Tipo</b>	<b>Promoção</b>
Abertura do Folia de Rua	Prévia Carnavalesca	Associação Folia de Rua e FUNJOPE
Arraial do Varadouro	Festa Junina	FUNJOPE e SETUR
12ª Noite da Cultura	Evento cultural	Subsecretaria de Cultura do Estado

*Fonte: Comissão Permanente do Centro Histórico de João Pessoa*

Este espaço reúne condições físicas e ambientais para consolidar-se como local privilegiado de animação cultural, com potencial de movimentação para produzir impacto sobre a vida cultural e artística da cidade.

### População Beneficiada

Foram beneficiadas de forma direta as comunidades que integram a paróquia de São Pedro Gonçalves, notadamente a Comunidade do Antigo Porto do Capim, composto por aproximadamente 1.000 habitantes.

### Fluxo de visitantes

Os dados a seguir referentes aos dois monumentos, registra a média mensal de visitantes durante o ano de 2002, lembrando que os mesmos estavam a mais de 10 anos sem nenhuma atividade e em condição de abandono.

Quadro - 07

Igreja de São Pedro Gonçalves – Fluxo de Visitantes

<b>Igreja de São Pedro Gonçalves</b>	<b>Média mensal</b>	
	<b>2001</b>	<b>2002</b>
Público local	00	396
Turistas	00	155
<b>Total</b>	<b>00</b>	<b>551</b>

*Dados fornecidos pela arquidiocese da Paraíba, retirado do livro de visitação da Igreja de São Frei Pedro Gonçalves.*

Quadro - 08

Memorial da Arquitetura Paraibana – Fluxo de Visitantes

<b>Memorial da Arquitetura Paraibana</b>	<b>Média mensal</b>	
	<b>2001</b>	<b>2002</b>
Público local	00	86
Turistas	00	33
<b>Total</b>	<b>00</b>	<b>119</b>

*Dados retirados do livro de visitação do Memorial da Arquitetura Paraibana - Prédio nº 2.*

Comparativamente, registram-se a seguir os dados referentes ao Centro Cultural de São Francisco, o mais importante monumento do Centro Histórico e que se encontra em operação há mais de 10 anos.

Quadro - 09

Centro Cultural de São Francisco – Fluxo de Visitantes

Centro Cultural de São Francisco	Média mensal			
	1999	2000	2001	2002
Público local	1.080	1.738	1.554	1.600
Turistas	423	679	607	626
<b>Total</b>	<b>1.503</b>	<b>2.417</b>	<b>2.161</b>	<b>2.226</b>

*Dados fornecidos pelo centro Cultural São Francisco.*

Analisando os dados das tabelas acima, percebe-se um sensível aumento da visitação no Centro Cultural de São Francisco a partir do ano de 2000, ano do início das obras do Largo de São Pedro Gonçalves e das descobertas arqueológicas da igreja de São Pedro Gonçalves, que se manteve nos últimos anos, tendo significado para o ano de 2002, ano de início da operação das obras, um acréscimo da visitação pública na ordem de 48% em relação ao ano anterior (início da implantação do Projeto).

**Eventos Gerados**

Quadro – 10

Eventos Gerados

Eventos	Efetiva			
	1999	2000	2001	2002
Exposições	04	03	08	12
Teatro ao Ar livre	01	01	01	02
Festa Folclórica	01	01	01	02
Festival de Cinema	00	00	00	01
Festival de Arte	00	01	01	01
Festividades carnavalescas	00	01	01	02
Festividades religiosas	01	01	01	04
Festivais de música	00	01	02	03
<b>Total</b>	<b>07</b>	<b>09</b>	<b>15</b>	<b>27</b>

*Fonte: Comissão Permanente do Centro Histórico de João Pessoa*

**Manutenção e operação:**

A manutenção e operação dos monumentos restaurados distribuem-se sob a seguinte responsabilidade:

- Receita gerada pelos eventos
- Receita gera pelo turista (ingresso etc...)
- Igreja de São Frei Pedro Gonçalves: Arquidiocese da Paraíba;

- Memorial da Arquitetura Paraibana: Instituto de Arquitetos do Brasil/Departamento da Paraíba;
- Largo de São Pedro Gonçalves: Prefeitura Municipal de João Pessoa (Manutenção geral) e concessionárias de serviços urbanos (Telemar e Saelpa – infra-estrutura elétrica e telefônica).

#### **2.4.3.1 – Conclusões**

Verifica-se que as metas estabelecidas na concepção do Projeto foram em parte atingidas, ou seja, foi gerado um fluxo de visitantes que transbordou por todo entorno e monumentos vizinhos. Houve também um significativo incremento no que diz respeito a realização de eventos. Deve-se, ainda, ressaltar que no entorno das intervenções, observa-se o início da procura de imóveis para novos investimentos privados, principalmente em equipamentos de apoio ao turismo, decorrentes dos trabalhos de revitalização, respondendo de maneira satisfatória as expectativas do Programa.

Deve-se registrar que a manutenção e operação dos monumentos são realizadas sob a responsabilidade de agentes não-públicos, conforme já explicitados, posto que o IAB/PB e Arquidiocese da Paraíba assumiram tais custos.

As informações disponíveis não detectam a criação de oportunidade de renda para a população da comunidade do antigo Porto do Capim, entretanto, é provável que alguma melhoria tenha ocorrido, em face da geração de um novo fluxo de visitantes e turistas.

Cabe ainda destacar que o Programa Original de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa abrange um número significativo de intervenções a serem executadas e que somado aos resultados alcançados com os investimentos do PRODETUR NE-I/PB representam um atrativo turístico de enorme importância a ser implementado de forma a complementar o potencial de atração do Pólo Costa das Piscinas. Desta forma a implantação de outros Projetos do Programa de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa deverão ser incluídos no PRODETUR NE-II/PB, visando o fortalecimento do atrativo como elemento adicional – circuito de visitação para os turistas. Também sensibilizando a iniciativa privada para a implantação de atividades turísticas no Centro Turístico.

#### **2.4.4 - Desenvolvimento Institucional**

As ações no âmbito do desenvolvimento institucional teriam como benefício a melhoria da eficiência e desempenho de agentes relacionados com o Programa, em especial os municípios da Área de Planejamento. Dessa forma, estariam submetidos ao objeto desse segmento o Departamento de Estradas de Rodagem – DER, a Empresa de Turismo da Paraíba – PBTUR, a Superintendência de Desenvolvimento do Meio Ambiente – SUDEMA, e, os municípios de Conde, Pitimbu, através da elaboração de seus Planos Diretores.

Os municípios de Mataraca, Marcação, Baía da Traição, Rio Tinto e Lucena foram contemplados com a elaboração de Planos Diretores, embora não estivessem contidos na Área de Planejamento.

Os investimentos do segmento institucional apresentaram o seguinte quadro de realização e resultados:

### **Unidade Executora Estadual**

O DI na UEE-PB compreendeu o reequipamento das áreas de informática, audiovisual e veículos usados na fiscalização, foram investidos R\$ 62.523,00, restando um saldo de R\$ 124.027,00, e teve como objetivo básico dotar a Unidade Executora dos meios materiais necessários para o desempenho de suas funções - a implementação e operacionalização do PRODETUR NE-I/PB, em todas as suas fases e etapas. Não foram objeto de ação a estruturação e qualificação da UEE.

### **PBTUR – Empresa Paraibana de Turismo S/A**

O DI na PBTUR se reporta a elaboração do planejamento estratégico, informatização, capacitação de recursos humanos e promoção turística, com vistas a eliminar os pontos críticos identificados na empresa e com isto melhorar o seu desempenho na área de planejamento turístico, aperfeiçoando o sistema de gestão.

Foram adquiridos os 05 veículos, realizada a capacitação de pessoal próprio e do **“trade turístico”**, além da promoção e divulgação do produto turístico Paraíba através de vídeos, revistas, folders e banners.

O componente de treinamento capacitou cerca de 600 treinandos, entre servidores da PBTUR e profissionais do **“trade turístico”**, em 20 cursos.

Os benefícios resultantes são frágeis, seja no aspecto da gestão, seja no que se refere a promoção/divulgação dos atrativos e produtos turísticos do Estado. Há que se modular um novo estágio organizacional - voltado para uma capacitação dirigida para a construção do sistema de informações e, finalmente, para uma divulgação e venda do destino Costa das Piscinas.

O plano de trabalho estabelecido foi cumprido parcialmente, prejudicando assim, o atingimento dos benefícios esperados. Por outro lado as ações contempladas foram pulverizadas, não respondendo a questões essenciais como a criação e manutenção de eficiente sistema de informações e uma consistente campanha de promoção.

Porém, considerando a existência de um saldo financeiro de R\$ 284.535,00, seria de todo oportuno concluir o Plano de Trabalho buscando a retomada dos objetivos iniciais da proposta de desenvolvimento institucional da PBTUR.

### **SUDEMA – Superintendência de Administração do Meio Ambiente**

O DI na SUDEMA se refere a intervenção nos seguintes segmentos: Revisão Institucional/ Avaliação Institucional; Fortalecimento das Estruturas Operacionais; Instrumental Técnico e Desenvolvimento de Recursos Humanos.

O objetivo dessas ações foi capacitar a SUDEMA para aplicação eficaz dos instrumentos de gestão da política do meio ambiente do Estado, em especial a proteção das unidades de conservação ambiental, o licenciamento, o acompanhamento e o monitoramento das atividades e obras licenciadas.

Foram adquiridos os 08 veículos, equipamentos de auditório e escritório e construção do anexo da sede da SUDEMA, com área de 186,10 m<sup>2</sup>. A capacitação do pessoal técnico e administrativo do órgão atendeu a 150 treinandos em 10

curso, ministrados por professores da UFPB através da SCIENTEC – Associação para Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia.

Não foram realizados os trabalhos de Revisão Institucional / Avaliação Institucional previstos, cujo método a ser aplicado seria o de Gestão Participativa - GESPAR.

O programa de metas do projeto de desenvolvimento institucional da SUDEMA constam de 12 (doze) ações e um destaque financeiro de R\$ 1.250.647,00, destas só foram totalmente concluídas 3 ações e os investimentos realizados na maioria dizem respeito a material permanente, equipamentos, construção e aquisição de veículos.

Existe, atualmente um saldo de R\$ 699.911,00, ou seja, 56% dos recursos não foram aplicados o que impossibilita qualquer verificação de resultados alcançados face as expectativas iniciais do projeto.

Entretanto gestões bem sucedidas foram realizadas pela SUDEMA, através da UEE-PB, junto ao Banco do Nordeste reprogramou o elenco de ações remanescentes para aplicação do saldo residual.

### **DER-PB**

O Projeto de desenvolvimento institucional do DER-PB constou da informatização do órgão, sendo executadas as seguintes ações:

- Implantação da rede elétrica exclusiva para a rede de computadores;
- Elaboração do Projeto da rede lógica;
- Implantação da rede lógica;
- Aquisição de equipamentos e periféricos e, treinamentos de pessoal.

O DER-PB cumpriu suas metas, que foram todas voltadas à informatização do órgão, exceção apenas para aquisição de softwares, a qual não foi validada pelo Bando do Nordeste. Este fato não foi significativo.

### **Plano Diretores**

O DI - Planos Diretores, compreendeu a elaboração dos Planos Diretores dos Municípios Costeiros da Paraíba, em número de sete, a saber: Mataraca, Baía da Traição, Rio Tinto, Marcação, Lucena, Conde e Pitimbu. Os trabalhos desenvolvidos resultaram nos seguintes documentos:

- Mapas de Zoneamento Ecológico-Econômico;
- Lei do Zoneamento Ecológico-Econômico;
- Diagnóstico Sócio-Econômico;
- Códigos de Legislação Urbana;

- Códigos Tributários Municipais;
- Planos Diretores de Desenvolvimento Municipal.

Todos os Planos Diretores foram transformados em Lei. Os efeitos desta ação serão percebidos em médio prazo, prevendo-se benefícios diretos para os municípios pelo fato de que a instrumentalização decorrente dos Planos Diretores indica uma nova fase para a gestão local, orienta o planejamento urbano e introduz a comunidade na formulação e acompanhamento das ações. Entretanto, não há registro de mudança nas estruturas organizacionais locais para a implementação dos Planos Diretores e seu monitoramento.

Desta forma deve-se que admitir que as prefeituras não adequaram suas estruturas organizacionais, visando assegurar o fortalecimento político e institucional da gestão pública local, capaz de incorporar conceitos de sustentabilidade ao processo de desenvolvimento, especialmente ao setor do turismo.

Estas ações se esgotam no horizonte do PRODETUR NE-I/PB, não cabendo qualquer complementação. Porém é importante destacar que ações no plano institucional próprio da atuação estadual, através do IDEME - Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba, deveriam apoiar e monitorar os municípios na implementação dos seus Planos Diretores.

### **Elaboração do Projeto da Rodovia PB-008 (via Litorânea Norte)**

O Projeto Final de Engenharia, Estudo e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA e Avaliação Socioeconômico, para implantação e pavimentação da Rodovia PB-008 (via Litorânea Norte), no trecho LUCENA/DIVISA PB/RN, consta dos seguintes sub-trechos: Lucena/Barra de Mamanguape; Praia de Campina / Rio Tinto; Praia de Coqueirinho/ PB 041; Baía da Traição/PB 061; Mataraca / Barra do Guajú; PB 065/Barra de Camaratuba; e BR 101/Lerolândia, com uma extensão aproximada de 85,0 Km.

Os serviços executados compreenderam os itens a seguir discriminados:

- Projeto Final de Engenharia para implantação e pavimentação da rodovia;
- EIA-RIMA;
- Avaliação socioeconômica (com Metodologia do BID);
- Estudos Geotécnico e Geotécnico Especial em solo mole;
- Projeto de Obras de Arte Especiais.

Com a elaboração do Projeto da PB-008 Norte o Governo do Estado passou a dispor de um instrumento técnico completo para captação de recursos com vista a implantação da Rodovia no litoral norte, atingindo-se de tal forma o objetivo prescrito no PRODETUR NE-I/PB.

#### **2.4.4.1 – Conclusões**

Este componente do PRODETUR NE-I/PB constituiu-se naquele que apresenta o maior saldo e metas a cumprir.

Os programas de ação dos órgãos foram voltados praticamente para necessidades internas, sem capacidade de provocar transformações significativas na organização e gestão do setor de turismo da Paraíba.

Abstraindo as ações pontuais do componente de desenvolvimento institucional, ou seja, os Planos Diretores Municipais, o Projeto Executivo da PB-008 Norte e o D.I do DER-PB, pode-se extrair as seguintes conclusões:

- A UEE-PB não atuou como órgão agregador e monitorador da execução do Programa em termos dos objetivos do PRODETUR NE-I/PB. Limitou-se a ser um mero acompanhante da execução física e financeira em atendimento às exigências operacionais do Projeto. Faltou a visão estratégica e a análise de conteúdo/natureza do papel a ser desempenhado.
- A PBTUR não utilizou o PRODETUR NE-I/PB para se capacitar para atuar efetivamente como órgão coordenador, promotor, catalizador e empreendedor do turismo da Paraíba.
- A SUDEMA não se estruturou para enfrentar o desafio de controle ambiental da área de influencia do Pólo Costa das Piscinas, tanto assim que deixou de aplicar 56% dos recursos que lhe foram colocados a disposição.

Desta forma, concluiu-se que deveriam ser incluídos Projetos de Desenvolvimento Institucional no PRODETUR NE-II/PB, para que tais falhas sejam superadas e para que esses três órgãos fundamentais para o desenvolvimento turístico da Paraíba, atuem de maneira eficiente e eficaz, integrados e convergentes em termos da Gestão do Desenvolvimento do Turismo.

#### **2.4.5 - Desempenho Físico e Financeiro**

O quadro 11, a seguir, apresenta de forma sintética o desenvolvimento Físico e Financeiro do PRODETUR NE-I/PB contemplando a relação de ações, sua localização, valor previsto, valor aplicado, valor da contrapartida e valor do financiamento do BID aplicado. Apresenta ainda, as metas físicas previstas e realizadas de cada ação, data de início e término e a situação atual da mesma.

É importante destacar que a execução física e financeira do Programa ocorreu de forma bastante satisfatória, tendo-se praticamente atingido todas as metas previstas, exceção apenas para algumas obras de esgotamento sanitário e ações institucionais dos órgãos estaduais, estas dispondo ainda de saldos de recursos financeiros a serem aplicados.

No que se refere às obras de esgotamento sanitárias parcialmente executadas, deve-se mencionar que o Governo da Paraíba, com objetivo de compor sua contrapartida fez incluir no Programa diversas intervenções de saneamento cujo somatório dos valores contratados extrapolava aquele estabelecido para efeito de contrapartida, portanto algumas inclusões foram desnecessárias e extrapolaram, também, a capacidade de investimento do Governo da Paraíba.

As observações apresentadas após o quadro 11, espelham os serviços e valores necessários para a conclusão das obras inacabadas.

## QUADRO 11

- (1) Sistema de Esgotamento Sanitário de Ponta da Campina, Poço, Camboinha e Areia Dourada – falta construir quatro estações elevatórias, emissários e toda sistema de rede coletora – custo estimado R\$ 10.200.000,00.
- (2) Sistema de Esgotamento Sanitário de Bessa – falta concluir a estação elevatória IV e da rede coletora das bacias A, B, C e F– custo estimado R\$ 11.000.000,00.
  - Projeto aprovado na Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 1.228.854,00.
  - Carta Consulta ao BNDES no valor de R\$ 7.000.000,00.
- (3) Esgotamento Sanitário de Valentina de Figueredo – primeira etapa concluída. Para execução de etapa seguinte o custo estimado é de 11.212.500,00.
  - Convênio assinado com Ministério do Turismo no valor de R\$ 3.200.000,00, que será considerada parte da contrapartida da União.
  - Projeto aprovado na Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 5.342.800,00.

#### **2.4.6 – Aplicação dos Saldos Financeiros**

Quanto aos saldos registrados até então, na execução do PRODETUR NE- I/PB, os mesmos tem motivação distintas e apresentam as destinações registradas e seguir:

- **Saldo Residual**

A ausência de integração entre a UEE-PB e os órgãos executores originou uma sobra de recursos bastante elevada e ao mesmo tempo em que os recursos não foram desembolsados dentro do ritmo institucionalmente adequado para que ocorresse a transformação desejada e o cumprimento dos prazos estipulado pelo Contrato não geraram os ganhos institucionais previstos.

Dentro da integração estabelecida a partir de janeiro de 2003, como variável estratégica para o desenvolvimento institucional, foram implementadas ações de integração dos órgãos de apoio para que se otimizasse a aplicação do “Saldo Residual”.

Ocorreu prorrogação contratual efetivada pelo BID/BNB para o **Contrato de Empréstimo BID/BNB – nº. 841/OC-BR**, cujas aplicações ocorrerão, conforme tabelas abaixo:

**PRODETUR I**  
**VALOR DOS INVESTIMENTOS A SEREM EXECUTADOS EM 2004**  
(SALDO RESIDUAL DO PRODETUR NE-I)

**Contrato de Empréstimo BID/BNB – nº. 841/OC-BR – Prorrogado até 12/12/2004**  
**SALDO RESIDUAL (Valores Contratados com Destinação Própria)**

ÓRGÃO / COMPONENTE	AÇÃO	R\$
PBTUR – Desenvolvimento Institucional (DI)	Fort. Estruturas Operac. – Modernização da base Operacional	206.985,00
	Promoção Turística – Formulação de Inventário	18.460,75
	Promoção Turística – Estudo Socio-econômico	1.270,00
	Promoção Turística – Folheteria	13.179,65
	Promoção Turística – Promoção e Divulgação	44.641,36
<b>TOTAL</b>		<b>284.536,76</b>

ÓRGÃO / COMPONENTE	AÇÃO	R\$
SUDEMA	Revisão Institucional	6.000,00
	Fort. Estruturas Operac. – Centro de Transporte	63.600,00
	Fort. Estruturas Operac. – Equipamento / Auditório	15.300,00
	Fort. Estruturas Operac. – Móveis / Mat. Permanente	6.806,00
	Fort. Estruturas Operac. – Equipamentos de Informática	28.960,00
	Fort. Estruturas Operac. – Ampliação/Inst. Físico – Anexo II	16.447,89
	Fort. Estruturas Operac. – Zoneamento APA de Maranguape	48.500,00
	Fort. Estruturas Operac. – Consultorias e Praia Limpa	29.148,49
	Inst. Técnico – Software Básico	2.091,00
	Inst. Técnico – Equip. Medição Ambiental	363.507,10
	Desenvol. RH – Capacitação Interna – GESPAR	153.000,00
	Desenvol. RH – Treinamento Interno	25.200,00
<b>TOTAL</b>		<b>758.560,48</b>

ÓRGÃO / COMPONENTE	AÇÃO	R\$
UEE-PB – Unidade Executora Estadual Desenvolvimento Institucional (DI)	Fortalecimento da Capacidade Operacional – Equip. Áudio Visual e Outros Materiais Permanentes	68.177,00
	Fortalecimento da Capacidade Operacional - Veículos	33.650,00
	Capacitação de Recursos Humanos	82.950,00
<b>TOTAL</b>		<b>184.777,00</b>

- **Saldo Contingencial**

Dentro da execução físico-financeiro do PRODETUR/NE I, o BNB mobiliza para fazer face as variações cambiais, um montante de recursos em U\$ chamado de “Saldo Contingencial”, que ao final do Programa, contratado com o Estado da Paraíba é de U\$ 336.196,34 (Cambio 31/01/2003) que representa R\$ 995.000,00, que foram destinados a atender a 1ª etapa de implantação do Jardim Botânico de João Pessoa (PB), conforme tabela a seguir, aditivada ao contrato de Operação de Credito do PRODETUR/NE I.

**Contrato de Empréstimo BID/BNB – nº. 841/OC-BR – Prorrogado até 12/12/2004**  
**SALDO RESIDUAL (Valores aditivados ao Contrato de Operação de Credito com BNB)**

ÓRGÃO / COMPONENTE	AÇÃO	R\$
SUDEMA Jardim Botânico 1ª Etapa	Despesas Gerais	7.888,40
	Museu da Água	196.313,17
	Anfiteatro	38.824,84
	Deck Mirante	12.944,19
	Orquidário	37.888,97
	Recepção	28.146,31
	Passarela sobre Emissário e Mirante	85.835,40
	Pavimentação e Drenagem do Acesso Interno	140.059,24
	Estacionamento Externo	177.436,96
	Jardim Sensorial	6.686,38
	Conservatório	34.510,62
	Cerca	155.294,26
Alojamento da Polícia Florestal	73.171,26	
<b>TOTAL</b>	<b>995.000,00</b>	

## 2.5 - INDICADORES DOS DEMONSTRATIVOS DE RESULTADO DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA ÁREA.

### 2.5.1 - Evolução do Fluxo Turístico

As informações estatísticas sobre o fluxo de turistas fornecidas pela PBTUR (1996 – 2003), bem como aquelas contidas na pesquisa “**Pesquisa do Perfil do Turista do Nordeste**”, elaborada pela SUDENE relativa ao período 1999-2001, registram dados unicamente da cidade de João Pessoa.

Este fato poderia de alguma forma vir a prejudicar uma avaliação precisa quanto a evolução do fluxo turístico face aos investimentos realizados no âmbito do PRODETUR NE-I/PB, porém o grande poder de atração de João Pessoa relativamente aos demais municípios que compõem a área de planejamento do Programa, e ainda outras informações primárias levantadas pela SCIENTEC – Associação para o Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia do Centro de Tecnologia da Universidade Federal da Paraíba, superam em parte a carência de dados sistematizados de toda a Área de Planejamento.

O quadro a seguir apresenta o fluxo turístico para a cidade de João Pessoa no Período de 1996 a 2003.

Quadro -12  
Fluxo Turístico – João Pessoa

ANO	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
FLUXO	400.309	387.627	562.425	451.882	550.242	594.923	642.960	618.652

Fonte: PBTUR

Verifica-se que o fluxo turístico é bastante irregular no período de 1996 a 1999, apresentando variações positivas e negativas de ano a ano. A partir do ano de 1999 o fluxo turístico varia com taxas positivas, exceto no que diz respeito ao ano de 2003 em relação a 2002, que registrou uma queda de 3,78%. Importante mencionar que a região Nordeste também apresentou diminuição de fluxo neste período. No período 1996/2003 houve um incremento de 55% no fluxo, que é relevante, a despeito da curva de crescimento estar aquém das previsões iniciais.

Em que pese ter havido um incremento absoluto, no período (2000/2002), de 92.718 turistas, tal constatação não pode ser imputada diretamente aos investimentos do PRODETUR NE-I/PB, até porque os investimentos do setor de saneamento voltados especialmente para o turismo ocorreram em função do Pólo Turístico Cabo Branco, que não apresenta evolução até a presente data. Por outro lado, os investimentos no Centro Histórico de João Pessoa não foram numa escala capaz de influenciar o incremento do fluxo turístico, tanto assim que o fluxo de visitantes dos monumentos restaurados no ano de 2002 atingiu apenas a uma média de 670 pessoas por mês o que uma taxa aceitável.

Na verdade, a evolução do fluxo está aquém das expectativas do Programa, embora tenha sido positiva, o que pode representar ganhos coletivos – todo o Nordeste, em consequência do próprio Programa.

## 2.5.2 - Incremento do Número de UH's

Informações fornecidas pela PBTUR permitem formatar o seguinte quadro:

Quadro -13  
UH's da Área de Planejamento

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE UH'S							
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Cabedelo	42	42	42	42	42	56	56	66
João Pessoa	2.259	1.995	1.955	2.197	2.223	2.320	2.436	2.367
Conde	92	92	123	184	230	246	272	306
Pitimbu	32	32	42	42	42	42	49	41
<b>TOTAL</b>	<b>2.425</b>	<b>2.161</b>	<b>2.162</b>	<b>2.465</b>	<b>2.537</b>	<b>2.664</b>	<b>2.813</b>	<b>2.779</b>

Fonte: PBTUR

A análise isolada do município de João Pessoa demonstra uma estabilidade no número de UH's no período de 1996 a 2001, tanto assim que o número de UH's existente em 1996 só é inferior ao do ano de 2001. podendo-se afirmar que neste período praticamente não houve o incremento de UH's.

A partir de 2000 se verifica um pequeno crescimento para João Pessoa, com uma queda pouco significativa no exercício de 2003 (2,83%). Já o município de Pitimbu não registra qualquer incremento de UH's no período 1998/2003.

Um destaque positivo a ser feito refere-se ao município de Conde, que no mesmo período apresentou um incremento expressivo de 24,39% em termos de UH's e também Cabedelo, que registrou um incremento de 10 UH's no ano de 2003.

## 2.5.3 - Incremento dos Investimentos Privados em Hotelaria, Restaurantes e outras Atividades.

A base das informações utilizadas para explicitar a ocorrência de investimentos privados em atividades vinculadas ao turismo foi elaborada a partir de dados da PBTUR conforme indicado no quadro a seguir:

Quadro -14  
Equipamentos Turísticos – Quantitativos

MUNICÍPIO	EQUIPAMENTO	ANO								
		1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Cabedelo	Hotel (1)	3	3	3	3	3	4	4	4	5
	Restaurante									
	Bar									
	Agência de Viagem									
João Pessoa	Hotel (1)	75	75	69	71	74	73	74	72	72
	Restaurante					35	160	118	130	130
	Bar					14	36	27	65	65
	Agência de Viagem	59	63	70	75	81	90	93	78	78
Conde	Hotel (1)	6	6	8	12	15	16	16	20	22
	Restaurante									
	Bar									
	Agência de Viagem								1	
Pitimbu	Hotel (1)	3	3	4	4	4	4	5	5	5
	Restaurante									
	Bar									
	Agência de Viagem									

Fonte: PBTUR

(1) Inclusive Pousadas

OS dados apresentados são incompletos, denotando deficiência no sistema de informações do PBTUR, como já foi mencionado, entretanto, mesmo assim, permitem extrair algumas observações relevantes.

Em que não teriam sido detectadas iniciativas diretas do Programa no sentido de sensibilizar, motivar e integrar o setor privado aos seus objetivos e metas, constituindo-se apenas em um elenco de obras de infra-estrutura. Os investimentos privados começaram a ocorrer de forma intensa a partir desse exercício de 2004. pesquisa de campo realizada pela SCIENTEC registrou que existem, em curso, inversões na construção de 08(oito) hotéis em João Pessoa e 01(um) em Carapibus –Conde.

Tais investimentos comporta 36.998 m<sup>2</sup> de área construída, um valor de R\$ 29.000.000,00 e a ampliação da capacidade em 683 unidades habitacionais.

#### 2.5.4 - Incremento do Número de Empregos Diretos e Indiretos do Setor de Turismo, Vinculado ao Segmento Hoteleiro.

As informações pesquisadas pela SCIENTEC, especificamente para a elaboração deste PDITS utilizando uma amostra de 75 empreendimentos, permite formular os seguinte quadro:

Quadro -15

Hotéis/Empregos

MUNICÍPIOS	N.º de hotéis pesquisados / Empregos Diretos					
	2001		2002		2003	
Cabedelo	4	25	4	25	5	30
João Pessoa	30	465	31	475	39	560
Conde	10	130	10	130	15	155
Pitimú	4	25	5	30	4	25
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>645</b>	<b>50</b>	<b>660</b>	<b>63</b>	<b>770</b>

Fonte: Pesquisa SCIENTEC

Pesquisa também executada pela SCIENTEC, nos mesmos hotéis, relativa ao número de UH's apresentou a seguinte situação:

Quadro - 16

UH's/Hotéis Pesquisados

Municípios	2001	2002	2003
Cabedelo	56	56	68
João Pessoa	1400	1446	1695
Conde	246	242	306
Pitimú	42	49	41
<b>Total</b>	<b>1.744</b>	<b>1.793</b>	<b>2.110</b>

Fonte: Pesquisa SCIENTEC

A interseção desses dois quadros permite identificar a média de empregos diretos UH's, conforme a seguir:

Quadro -17

Número Médio de Emprego por UH's

MUNICIPIOS	2001	2002	2003	Média
Cabedelo	0,46	0,46	0,44	0,45
João Pessoa	0,33	0,33	0,33	0,33
Conde	0,53	0,48	0,51	0,51
Pitimú	0,60	0,61	0,61	0,61

Relacionando estes coeficientes aos números de UH's constantes da tabela apresentada no sub-item 2.6.2, obtém-se o Quadro de Evolução dos empregos diretos no período 1996/2003:

Quadro -18

## Empregos Diretos Gerados pelo Setor Hoteleiro – 1996/2003

MUNICIPIOS	Empregos Diretos							
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Cabedelo	19	19	19	19	19	26	26	30
João pessoa	745	658	645	725	733	765	803	781
Conde	49	49	65	97	122	130	144	162
Pitimú	19	19	25	25	25	25	29	25
<b>Total</b>	<b>832</b>	<b>745</b>	<b>754</b>	<b>866</b>	<b>899</b>	<b>946</b>	<b>1002</b>	<b>998</b>

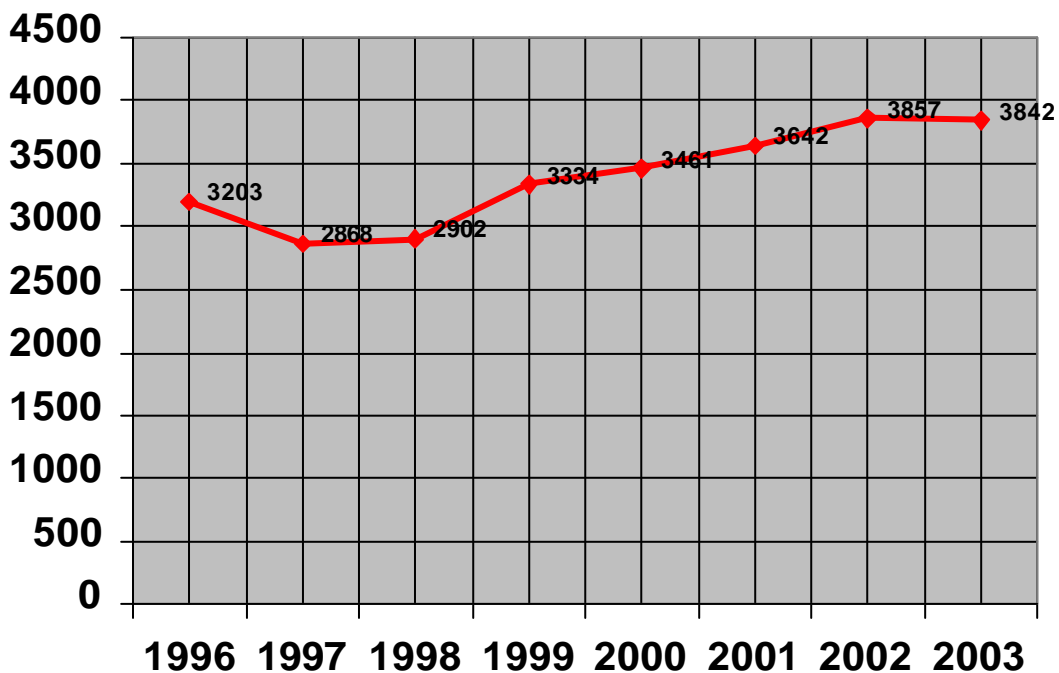
Considerando o indicador utilizado pela FIPE, em seus estudos e análise; de que cada emprego direto no setor do turismo gera 2,85 empregos indiretos, se apresenta o seguinte quadro geral de incremento de empregos diretos e indiretos na área de planejamento:

## Quadro -19

## Empregos Diretos e Indiretos Gerados pelo Setor Hoteleiro – 1996/2003

Empregos	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Diretos	832	745	754	866	899	946	1002	998
Indiretos	2371	2123	2148	2468	2562	2696	2855	2844
<b>Total</b>	<b>3203</b>	<b>2868</b>	<b>2902</b>	<b>3334</b>	<b>3461</b>	<b>3642</b>	<b>3857</b>	<b>3842</b>

Conforme se verifica no gráfico abaixo, o número de empregos é ascendente a partir do ano de 1997, exceção para o pequeno decréscimo verificado no ano de 2003 em relação a 2002:



Conclui-se ainda que o incremento de empregos no setor de turismo ocorreu de forma linear-ano a ano, haja vista que no gráfico não há registro de “salto” coincidindo com o período pós-conclusão do PRODETUR NE-I/PB.

A representatividade do setor de turismo na geração de empregos da economia paraibana é percebida através de sua relação com a População Economicamente Ativa nos municípios da Área de Planejamento, como demonstrado abaixo:

Quadro - 20

Representatividade dos Empregos Gerados pelo Setor Hoteleiro em relação a PEA.

MUNICIPIOS	PEA	Empregos do Setor Hoteleiro	%
Cabedelo	17.455	100	0,57
João Pessoa	339.920	2.939	0,86
Conde	6.252	495	7,92
Pitimbu	3.336	108	3,24
<b>Total Área de Planejamento</b>	<b>366.963</b>	<b>3.642</b>	<b>0,99</b>

### 2.5.5 - Incremento das Receitas Turísticas e seu Rebatimento na Receita Fiscal dos Municípios.

Com base em informações da PBTUR, foram adotados critérios para obtenção de receita turística considerando **fluxo turístico x gasto médio diário do turista x taxa de permanência**, assim, apresenta-se o seguinte quadro síntese:

Quadro - 21

Receita Turística Direta

EXERCÍCIO	RECEITA US\$ mil	FLUXO	GASTO DIÁRIO (US\$ mil)	TAXA DE PERMANÊNCIA
1996	97.845	400.309	89,53	2,73
1997	95.984	387.627	92,05	2,69
1998	122.632	562.425	83,54	2,61
1999	66.089	451.882	56,25	2,60
2000	98.479	550.242	68,84	2,60
2001	93.404	594.923	65,15	2,41
2002	89.473	642.960	57,80	2,45
2003	86.090	618.652	55,22	2,52

Fonte: PBTUR

Como se verifica, a receita é bastante uniforme, exceto pelos exercícios de 1998 e 1999 que fogem do padrão. É importante registrar que esta uniformidade não significa que houve uma estagnação no fluxo turístico e sim uma compensação em face da variação do valor do Dólar em relação ao Real (no exercício de 1996, o dólar médio valia R\$ 1,004 já no exercício de 2002 atingiu o valor de R\$ 2,844).

Por outro lado, no que se refere a relação dos investimentos do PRODETUR NE-I/PB com a receita turística, assim como o fluxo turístico, não se pode fazer qualquer vinculação direta, até mesmo porque a receita turística dos exercícios após a conclusão das obras apresenta pequena redução.

Quanto a receita fiscal municipal, a análise é frágil e difícil uma vez que no sistema de apropriação das receitas fiscais municipais não é possível discriminar a

contribuição do setor de turismo. Um indicador meramente referencial pode ser obtido através do desempenho da arrecadação da receita fiscal total dos municípios, a saber:

Quadro - 22

Receita Fiscal Municipal – 1997/2001

MUNICÍPIO	EXERCÍCIO (I)				
	1997	1998	1999	2000	2001
Cabedelo	133.757	144.621	264.757	413.816	211.571
João Pessoa	25.912.657	28.312.763	32.843.012	35.820.112	42.723.788
Conde	2.175.243	2.294.727	2.339.625	2.494.024	2.660.025
Pitimbu	78.243	68.813	64.997	143.822	160.265
<b>Total Área de Planejamento</b>	<b>28.299,900</b>	<b>30.821.924</b>	<b>35.512,391</b>	<b>38.871,774</b>	<b>45.755,649</b>

Fonte: Secretária do Tesouro Nacional

(I) valores não deflacionados

### 2.5.6 - Postura das Municipalidades

A princípio, fica evidenciado que o PRODETUR NE-I/PB não conseguiu incorporar os municípios na execução do Programa, inexistindo engajamento e compartilhamento de responsabilidade. Especificamente, segundo os tópicos explicitados nos Termos de Referência percebe-se a ausência de impactos nas áreas de gestão urbana, receitas tributárias e controle da apropriação especulativa de imóveis.

Para os municípios de Conde, Pitimbu, Lucena, Rio Tinto, Marcação, Mataraca e Baía da Traição foram elaborados Planos Diretores que foram aprovados pelas respectivas Câmaras Municipais passando a vigorar a partir do período de execução do Programa.

Porém, em que pese se dispor de instrumentos legais atualizados, não se registra qualquer mudança de comportamento, ou seja, não houve alteração de estrutura administrativa visando capacitar as municipalidades na aplicação das novas legislações, não foi aumentado o número de fiscais para aplicação do código de obras e do código tributário; não se qualificou os setores responsáveis pela aplicação das novas leis através da contratação de pessoal de nível superior, bem como não se adotou qualquer medida administrativa ou legal no sentido de controlar a apropriação especulativa decorrente da mais valia dos imóveis face aos investimentos do Programa.

### 2.5.7 - Avaliação dos Impactos Negativos Econômicos, Sociais e Ambientais.

Um exame da configuração e execução do elenco de ações que constituiu o PRODETUR NE-I/PB, não vislumbra impactos negativos nos planos econômicos, social ou ambiental. Primeiramente em face da natureza das ações de saneamento, patrimônio histórico e desenvolvimento institucional, depois porque houve uma preocupação quanto a ecomicidade das obras e com o meio ambiente, um exemplo deste último é o traçado da Rodovia da PB-008 Sul que foi afastado da Foz do Rio Gramane para não provocar qualquer impacto negativo sobre a área estuarina daquela bacia hidrográfica.

Por outro lado, se teve o cuidado de submeter todos os Projetos à aprovação da SUDEMA, visando a obtenção da licença de instalação e operação, e quando se

apresentou necessário, se procedeu aos ajustes requeridos pela legislação ambiental.

Em que pese tais preocupações verificou-se alguns impactos negativos quanto ao meio ambiente:

- Ausência de recuperação ambiental de cortes, aterros e jazidas de empréstimo;
- Falta de hidrossemeadura nos taludes dos cortes;
- Correção do greide dos aterros de encontro das sete pontes;
- Ruptura do aterro no km 19,7, faltando realizar a pavimentação e sinalização em 200 metros de extensão;
- Falta de sinalização turística;
- Problemas localizados de adensamento de aterros;
- Adequação da rodovia quanto à travessia de zonas habitadas,

Tais passivos deverão constar do plano de ação do PRODETUR NE-II

### **2.5.8 – Conclusões**

Os diversos indicadores tratados neste item apontam para a relação: fluxo turístico versus quantitativo de hotéis, UH's, restaurantes, empregos e Receitas Turísticas e que também deve ser considerada computando-se a taxa de permanência e a taxa de ocupação inerentes a realidade do turismo na Paraíba.

Sobre este particular, a Sub-coordenadoria de estatística da PBTUR registra para o exercício de 2003 uma taxa de permanência de 2,5 e uma taxa de ocupação de 51,66%.

Todas essas informações conduzem a seguinte conclusão: o desenvolvimento do turismo do Pólo Costa das Piscinas será decorrente de ações que busquem não só o incremento do fluxo turístico, mas também que tenham por meta o aumento da taxa de permanência.

Desta forma ter-se-ia como resultado o aumento da taxa de ocupação, dos investimentos da iniciativa privada em todos os seus segmentos voltados para o turismo e por fim o aumento da receita, o que abriria o caminho para o desenvolvimento sustentável do turismo do Pólo Costa das Piscinas.

No que diz respeito ao sub-item 2.5.6 – postura das municipalidades, pode-se concluir que o não engajamento e compartilhamento de responsabilidade dos municípios da área de planejamento para com os objetivos do PRODETUR NE-I/PB, se deu pela falta de agente fomentador que deveria ter sido responsabilidade da UEE-PB.

## **2.6**

### **- CONFLITOS INSTITUCIONAIS E FINANCEIROS**

## 2.6.1 – Institucionais

### ● Capacidade de endividamento

Entre a assinatura do convênio (1994) e a celebração do contrato de abertura de crédito (1997) - três anos, o Estado da Paraíba buscou equacionar sua pendência com relação a demonstração da capacidade de endividamento.

Em consequência do atraso, ocorreu um desencontro no plano político-institucional entre o Governo do Estado e a Prefeitura de João Pessoa, no tocante à estratégia e metas do Programa, resultando na retirada de projetos que ficariam a cargo a Prefeitura – Recuperação do Sítio Histórico da Cidade Alta e o Aterro Sanitário Baixo Roger, bem como a recuperação ambiental do Complexo Turístico Cabo Branco. Dessa forma, houve um redirecionamento de metas financeiras com a utilização de recursos para a implantação da PB-008.

### ● Licitação

O regulamento operacional do Programa estabelece que as licitações deveriam ser executadas por cada um dos órgãos executores respeitando também os componentes. Entretanto, o Estado da Paraíba não acatou tal regulamentação e centralizou todas licitações na Comissão Central de Licitação da Secretaria de Administração.

Tal procedimento fez com que as compras com recursos do PRODETUR NE-I/PB fossem efetuadas juntamente com as compras de outras unidades orçamentárias do governo do estadual, resultando na dificuldade de validação dos processos licitatórios pelo BNB, que não autorizava a homologação das licitações. Em consequência ocorreram atrasos na aquisição de equipamentos e materiais, o que prejudicou o andamento de diversas ações, principalmente a de desenvolvimento institucional.

## 2.6.2 - FINANCEIROS

### ● Inadimplência do Governo do Estado

O BNB exige que o Governo de Estado esteja adimplente com todas suas obrigações, ou seja, não pode estar inscrito no cadastro de inadimplência do Governo Federal-CADIN, no momento de cada uma das liberações. Como por diversas vezes o Governo do Estado se encontrava em situação irregular, as liberações eram retidas, acarretando atraso no desenvolvimento dos projetos, e outras consequências, como o aumento do valor de pagamento da taxa de permanência.

## ● Procedimentos Orçamentários

Os procedimentos de início de Exercício quanto a implementação do Orçamento do Estado e sua Programação Financeira consomem os dois primeiros meses do ano, o que provoca o não pagamento de prestadores de serviço, conseqüentemente, atrasos nas prestações de contas, atrasos na liberação do BNB e mais uma vez, ampliação dos valores da taxa de permanência.

### 2.6.3 – Conclusão

É evidente que tais conflitos afetaram o bom andamento do Programa, particularmente no que diz respeito ao atraso de obras, reflexo na credibilidade do Projeto pelo atraso de pagamento e no aumento dos custos com encargos.

O conflito que resultou na exclusão das ações do Pólo Branco, em que pese ser anterior a celebração do Contrato de Abertura de Crédito, provocou uma inércia no processo de desenvolvimento daquele espaço de tanta importância para o turismo da Paraíba.

Quanto ao PRODETUR NE-II/PB, os potenciais conflitos operacionais devem ser equacionados previamente e a integração institucional deve ser uma tônica a ser perseguida desde a Programação das ações até sua conclusão.

## **2.7 - EVIDÊNCIAS DO FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE GERENCIAL DOS MUNICÍPIOS E AGENTES TURÍSTICOS**

O desenvolvimento das ações do PRODETUR NE-I/PB nos municípios, particularmente aquelas relativas às questões institucionais pouco contribuíram para o fortalecimento da sua capacidade gerencial, até porque, a natureza das ações. – Planos Diretores – não se constituíram em intervenções voltadas para o fortalecimento dos processos de gestão.

Quanto aos agentes turísticos, pode-se destacar a PBTUR e a UEE-PB, cujos resultados alcançados foram comentados no item anterior, não sendo possível identificar evidências de fortalecimento de suas estruturas gerenciais.

No que se refere aos demais agentes turísticos, notadamente aqueles do setor privado, não se verificam iniciativas que viessem a fortalecer sua gestão. Cabe inclusive destacar que não se denota uma ação de integração dos agentes turísticos com o Programa, inclusive pela debilidade do Conselho do Pólo Costa das Piscinas.

O Conselho se apresenta marcadamente oficial, com uma composição de 32 conselheiros, dos quais apenas três representantes do setor de turismo. Os demais estão afetos no setor público. A sua contribuição para o Programa deve-se exclusivamente no caráter homologatório do processo de implementação, não operando como agente agregador e mobilizador da sociedade para o desenvolvimento do turismo no Estado.

### 2.7.1 – Conclusões

O mau desempenho do componente de desenvolvimento institucional, a falta de um órgão para fomentar a integração do atores do turismo da Paraíba ao PRODETUR NE-I/PB e a inoperância do Conselho do Pólo Costa das Piscinas foram provavelmente, as causas do não fortalecimento da capacidade gerencial dos municípios e agentes turísticos.

O PRODETUR NE-II/PB deve dar destaque a uma ação de estruturação do Conselho para que ele exerça o seu papel, a partir inclusive da adequação da sua composição e por outro lado deve-se estruturar a UEE-PB para o exercício pleno da Secretaria Executiva do Conselho.

## 2.8 - SÍNTESE CONCLUSIVA

- A avaliação de desempenho do PRODETUR NE-I no Estado da Paraíba deve centrar-se preferencialmente nos efeitos do Programa para o setor de turismo, sem, entretanto, perder a condição da análise dos impactos decorrentes das ações realizadas no território paraibano.

Com efeito, a percepção inicial é de que o Programa, já na sua formulação em 1994 se caracterizava com um conjunto de intervenções de infra-estrutura física – com ênfase no transporte (28,8% dos recursos) e no saneamento básico (55,2% dos recursos). Neste aspecto, abstraindo a componente turística, o Programa apresenta impactos positivos sobre o meio ambiente e sobre a mobilidade/acessibilidade entre a cidade de João Pessoa e o litoral sul do Estado. Este fato indica que a proposta alcançou seus objetivos tanto nos aspectos econômicos quanto sociais, pela razão de que as intervenções estão corretas do ponto de vista das demandas por infra-estrutura. No plano ambiental os impactos também são positivos, haja vista que os investimentos em saneamento básico – água e esgoto, estão produzindo efeitos sobre os cidadãos e o meio ambiente.

- De outra parte, o pecado original cometido na formulação da proposta – a ênfase obreirista – se faz presente nas tímidas ações voltadas para o setor turístico – a revitalização do Centro Histórico, a recuperação ambiental do Complexo Turístico do Cabo Branco e desenvolvimento institucional da UEE e da PBTUR, cujo montante de recursos corresponde apenas 8,6% do total programado.

Estas distorções foram agravadas pela não realização das ações previstas para o Complexo Turístico do Cabo Branco, pelo baixo desempenho gerencial da PBTUR, e ainda, pela ausência de um processo de compartilhamento de responsabilidades entre o Governo Estadual, os municípios e o setor privado – o “trade-turístico”.

Há que se registrar ainda que no plano político as relações entre os governos estadual e municipais, em especial, o município de João Pessoa, passaram por períodos de conflito, inibindo e ou desviando o rumo das ações programadas.

- A definição inicial de que os elementos naturais – sol, mar, ecologia e culturais– Sítio Histórico, compõe o conjunto de atrativos a serem trabalhados para o desenvolvimento do turismo no Estado é insuficiente para dar força a um destino turístico. A feição genérica e por demais abrangente não responde pela “marca” que caracteriza o Pólo Costa das Piscinas. Percebe-se uma dispersão na identificação dos atrativos, sem uma clara postura de vinculação entre os mesmos, as ações e os potenciais produtos decorrentes das intervenções programadas.
- Outro aspecto a considerar na avaliação diz respeito aos mercados e ou mercado a ser trabalho para a ampliação/geração de fluxos turísticos. Não há indicação de relação entre os atrativos e os mercados emissores, conseqüentemente, os produtos perdem nitidez, situam-se no campo de a tudo e todos os desejos servir, em especial no que se refere ao perfil/natureza dos equipamentos a serem implantados e ainda, nas ações de promoção e divulgação do destino Costa das Piscinas.
- No tocante ao plano de metas, cabe mencionar que nos aspectos pertinentes ao desempenho financeiro, o Programa cumpriu o programado, apresentando, um desempenho satisfatório, como demonstram os quadros de execução físico-financeira. Mesmo assim, é oportuno tratar da questão relativa ao componente de Saneamento Básico – esgoto, água e aterro sanitário. Destes, as ações de esgotamento sanitário e abastecimento d’água estão a requerer o aporte de recursos de cerca de R\$ 33,0 milhões para conclusão dos sistemas implantados. Quanto ao Lixão do Roger, previsto para ser reformado, e transformado em Aterro Sanitário, o mesmo foi desativado e substituído pelo Aterro Sanitário de Santa Rita, com recursos de outras fontes que não o Programa.
- Os impactos negativos decorrentes da implantação das ações previstas no Programa situam-se no plano não visível, isto é, estão centradas nos aspectos de percepção e de reversão de expectativas sociais, tendo em vista que um Programa de Desenvolvimento do Turismo não apresentou os resultados previstos quando do seu anuncio oficial.

As razões para o não êxito estão fora da capacidade de análise da sociedade, fazendo com que a retomada de uma proposta de continuidade exija maior esforço de convencimento e, conseqüentemente, de participação dos segmentos que compõe o cluster do turismo.

- Diante dessas considerações, a leitura da avaliação do Programa sobre o setor turístico revela-se capaz de reorientar a linha estratégica das intervenções para a nova etapa, de maneira que a correção de rumos,

apoiada na identificação dos desvios, venha estabelecer um programa voltado para o incremento do turismo no Estado. Assim, pode-se considerar que a infra-estrutura instalada reforça os atrativos, redescobre pontos referenciais notáveis e induz a escolha de intervenções consistentes.

Significa estabelecer um roteiro de trabalho que incorpore as seguintes recomendações sintonizadas com a diretriz do PRODETUR NE-II, a saber:

Ações a completar:

- a) Promover uma ação articulada com os municípios da Área de Planejamento visando dotar as agências de gestão do turismo de estruturas ágeis e eficazes, operando em estreita relação com o setor privado;
- b) Identificar formas de novos aportes de recursos pelo Estado da Paraíba para a conclusão dos Sistemas de Saneamento, de maneira que as suas metas venham a ser plenamente atendidas;
- c) Utilizar os recursos de saldo dos DI's da UEE, SUDEMA e PBTUR em ações condizentes com as proposições do PRODETUR NE-II/PB, ou seja, aplicar em áreas que serão objeto de intervenções.
- d) Inserir a interligação entre a PB-008 e os núcleos urbanos litorâneos através da implantação da vias locais programadas originalmente, cujos projetos executivos encontram-se elaborados.

Ações a complementar:

- a) Atuar na complementação do processo de revitalização do Centro Histórico de João Pessoa – seja pela ampliação das intervenções físicas, seja pela maior agregação da comunidade de Porto Capim;
- b) Realizar intervenções no âmbito do Complexo Turístico do Cabo Branco, de forma a potencializar o atrativo e torná-lo efetivamente em um produto turístico dinâmico;
- c) Estabelecer relações pertinentes no campo político-institucional através da renovação dos Conselhos Estadual e Municipais – operativos e não apenas homologatórios – formados por representações legítimas do cluster turístico e de parcelas dos dois níveis de governo, onde o equilíbrio da composição elimine os traumas dos desencontros políticos e consolide o espaço estratégico de decisão / compartilhamento / acompanhamento do programa;

- d) Introduzir uma linha programática robusta – nas ações e nos recursos – voltada para a promoção/ difusão dos atrativos e produtos turísticos com vistas a inserção do Pólo Costa das Piscinas no destino Nordeste, caracterizando os mercados a trabalhar em função da marca que se pretende difundir;
- e) Estabelecer mecanismos de atração do setor privado local/nacional/internacional para a promoção de investimentos no Pólo, de maneira que os recursos aplicados e a aplicar na área de planejamento sejam potencializados através da atração de empreendimentos;
- f) Identificar projetos-ancora capazes de ampliar o fluxo turístico para o Estado, servindo a um só tempo como elementos de atração e de maior permanência do turista no território paraibano. Esses projetos devem guardar sintonia com os eixos orientadores do Programa, realçando o caráter de sustentabilidade das propostas.